



Até o fim dos estoques

ELETOBRAS Na tentativa de salvar-se, o governo Temer promove uma liquidação geral de bens públicos, mas enfrenta resistências

POR CARLOS DRUMMOND

Com a decisão anunciada na terça-feira 22 de privatizar a Eletrobras, seguida pelo anúncio, dois dias depois, da venda ou concessão de 57 outras empresas públicas, inclusive a Casa da Moeda e 14 aeroportos, entre eles o de Congonhas, em São Paulo, o governo parece ter abdicado por completo de qualquer pretensão de política econômica merecedora dessa denominação. Entregar de vez o Brasil ao mercado na tentativa de salvar a pele parece ser a tática do governo Temer diante das dificuldades para o avanço no Congresso da reforma da Previdência e do desmonte do BNDES, operações almejadas pelo mercado financeiro.

Deliberações rápidas e em série encaminham o descarte de dezenas de ativos públicos em troca de receitas efêmeras para o Tesouro e lucros perenes para instituições financeiras, consultorias e grandes investidores participantes do “saldão”, como vem sendo chamada a operação nas redes sociais. O pacote inclui a extinção, publicada no *Diário Oficial* da quarta-feira 23, da Reserva Nacional do Cobre e Associados, com mais de 4 milhões de hectares, e sua liberação para a mineração. A área abrange partes do Amapá e do Pará, em plena Floresta Amazônica, e sua abertura ao mercado gerou protestos mundiais. Diante das condições em que se processa a escalada e dos danos provocados ao

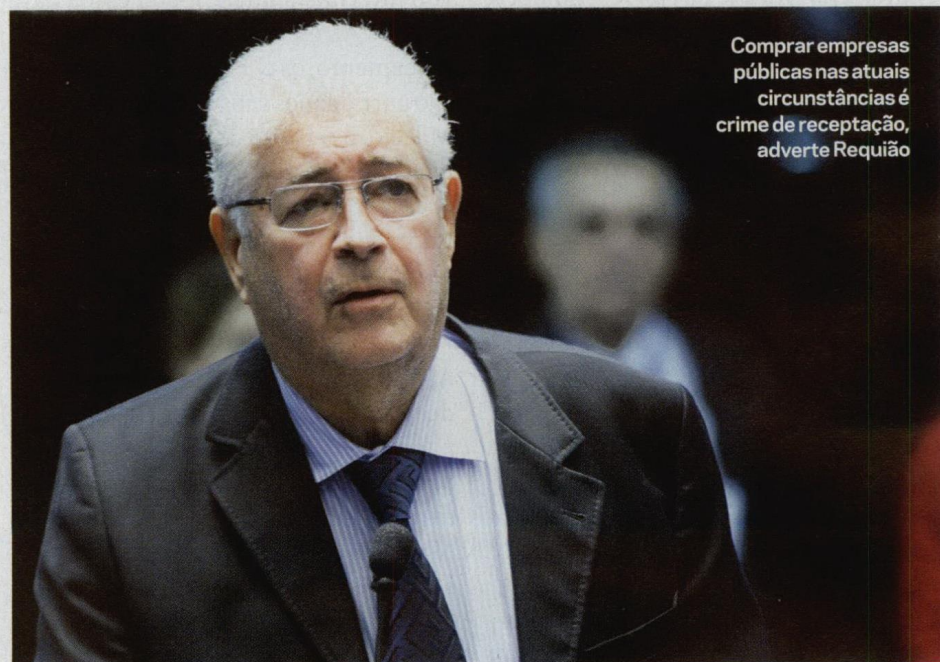
País, o senador Roberto Requião disparou no Twitter: “Atenção, senhores do mercado: comprar empresas públicas na atual circunstância política do Brasil é crime de receptação. Bem claro assim?”

A decisão de privatizar a Eletrobras foi criticada pela agência de classificação de risco Moody's, uma das três

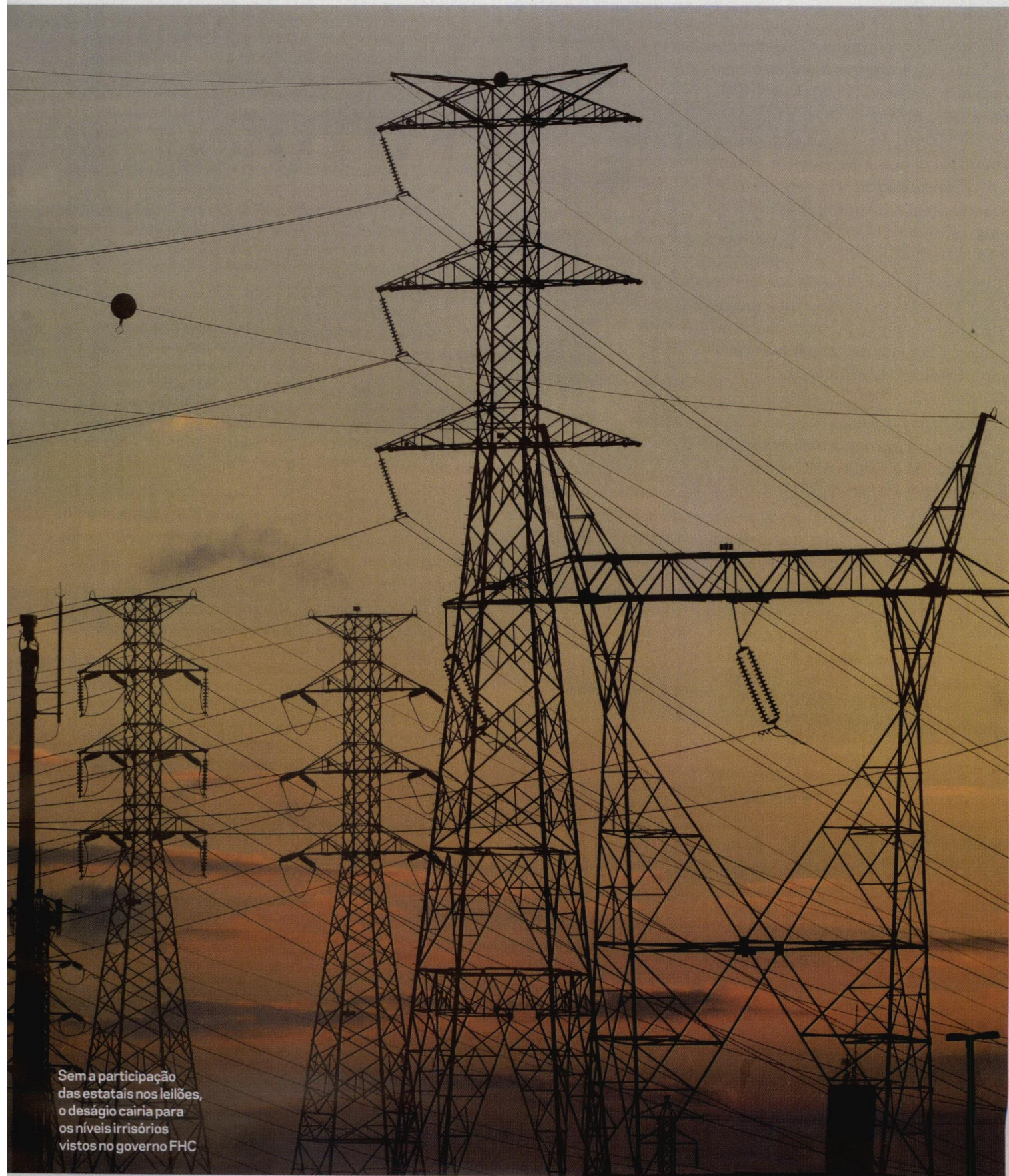
maiores do mundo, por ser “um fator de crédito negativo para a estatal, já que traz incertezas sobre o apoio governamental em momentos de necessidade. O plano cria também distrações para a administração que podem prejudicar outras iniciativas, incluindo a estratégia de reestruturação da companhia iniciada em novembro passado”, alertou a vice-presidente e analista sênior da Moody's Cristiane Spercel.

A privatização é mais pró-mercado que o próprio mercado, sugere a Moody's

Suspeita-se que alguns participantes do mercado não precisaram esperar a venda da estatal para começar a ganhar. O deputado Carlos Zarattini,



Comprar empresas públicas nas atuais circunstâncias é crime de receptação, adverte Requião



Sem a participação das estatais nos leilões, o deságio cairia para os níveis irrisórios vistos no governo FHC

Economia

líder do PT, encaminhou requerimento à Comissão de Valores Mobiliários para apurar possíveis beneficiários de informação antecipada sobre a operação da Eletrobras. A elevação anormal de volumes em dias anteriores próximos à divulgação da privatização, segundo acompanhamento de alguns profissionais, talvez seja resultado de compras maciças realizadas por indivíduos e instituições detentores de posições acionárias e com acesso prévio à informação “de dentro” sobre a privatização. A divulgação da venda da companhia provocou altas de 49,3% nas ações ordinárias da estatal e de 32,08% nas preferenciais no pregão da Bovespa.

“O novo plano de transferir tudo ao mercado é de uma estupidez total num país com 70% da energia de fonte hídrica. Querem vender usinas antigas, pagas pela população através das tarifas e usar o dinheiro para reduzir o déficit do Tesouro. Ou seja, as pessoas vão pagar de novo. O sentido de política pública é nenhum”, acusa o ex-presidente da agência reguladora Aneel e ex-ministro interino das Minas e Energia Nelson Hübner, integrante dos conselhos de administração da Cemig e da Light.

“A verdade é que a Eletrobras é absolutamente sustentável e tem um papel fundamental para o País. Não tenho dúvida nenhuma de que sem a sua participação, mesmo minoritária, nos consórcios privados atuantes nos leilões, teríamos de comprar a energia de Santo Antônio e Girau por 140 reais o megawatt-hora. Adquirimos por praticamente metade do preço. Belo Monte saiu extremamente barato. Tem um custo muito bom e é extremamente rentável. É um absurdo a Eletrobras vender um projeto como esse”, analisa Hübner.

A Eletrobras é absolutamente sustentável e o plano de transferi-la para o mercado é de uma estupidez total, acusa Hübner



A dívida pública e o desequilíbrio prosseguiram no governo FHC, indiferentes às privatizações equivalentes a 3% do PIB

No governo FHC, diz, só em dois lotes de leilões o deságio chegou a 20%, nos demais variou entre zero e 1% de desconto no preço-teto definido pela Aneel. Um dos primeiros atos do governo Lula foi retirar as empresas da Eletrobras do Plano Nacional de Desestatização, liberando-as para participar dos leilões.

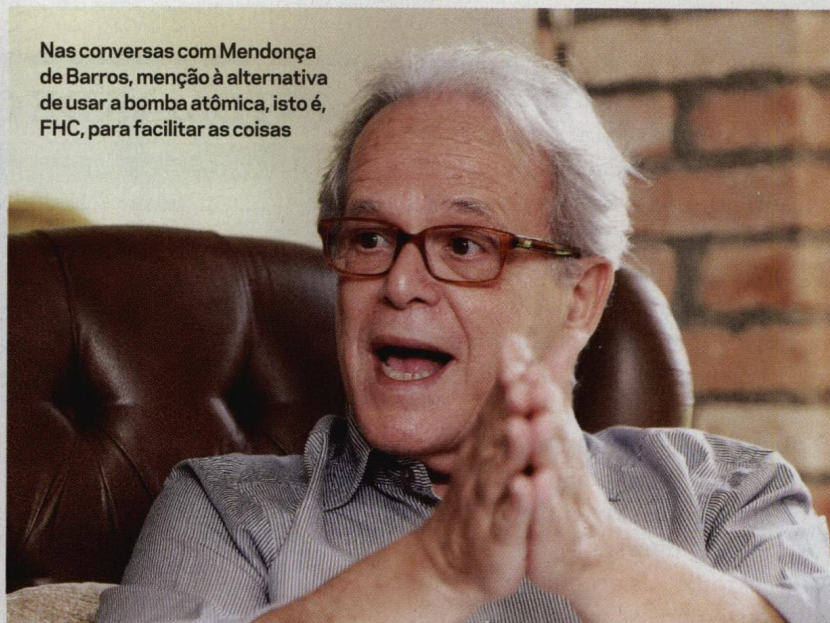
Daí em diante, os deságios subiram para 30% a 59%. “Ali, para mim, ficou absolutamente claro que a Eletrobras tem um papel fundamental para a expansão de geração e linhas de transmissão, o equilíbrio do mercado e a garantia de suprimento”, sublinha o especialista.

As digitais tucanas são uma constante





“Por que não a Petrobras um dia?”, indagou Elena Landau, e consultores correram para recomendar a compra das ações



Nas conversas com Mendonça de Barros, menção à alternativa de usar a bomba atômica, isto é, FHC, para facilitar as coisas

na operação, de ponta a ponta, desde o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, que no comando da CPFL vendeu-a ao grupo chinês State Grid, até Elena Landau, presidente do conselho de administração da empresa até julho e coordenadora da grande queima de ativos públicos no governo FHC. A ousadia pró-mercado do governo atual animou Elena Landau a declarar: “Por que não a Petrobras um dia?” Foi a senha para alguns consultores recomendarem a clientes a compra paulatina de ações da estatal para lucrarem na venda quando as cotações explodirem na Bolsa no caso de a venda se concretizar. Tudo leva a crer que o sonho neoliberal acalentado pelos tucanos desde os anos 1980 nunca esteve tão perto de se concretizar.

A fase de privatizações precursora do desmonte atual foi marcada por transações alarmantes protagonizadas pelo ex-ministro das Telecomunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros e incluíram o próprio presidente da República, segundo revelaram grampos de conversas telefônicas travadas principalmente no BNDES. Previa-se o eventual uso da bomba atômica, isto é, a intervenção de

Fernando Henrique Cardoso para atingir os objetivos inconfessáveis da operação. Tudo isso para entregar ao País um sistema de telecomunicações entre os mais caros e ineficientes do mundo, mostram comparações mundiais e recortes de reclamações de usuários. A única versão correta desses grampos foi dada por *CartaCapital* e precipitou a demissão de Mendonça de Barros.

O absurdo de se vender a Eletrobras foi assim resumido pelo economista Ricardo Carneiro, professor da **Unicamp**: **1.** Pode aumentar o preço da

energia. **2.** Coloca em risco a soberania nacional. **3.** Desperdiça um instrumento de desenvolvimento. **4.** Não se sustenta no argumento da ineficiência. **5.** É irrisória para melhorar as contas públicas.

O efeito insignificante das privatizações para melhorar as contas do governo talvez seja o aspecto mais revelador da irracionalidade das ações governamentais em curso. “Vender patrimônio para gerar receita equivale a enxugar gelo, em um país cuja política econômica restritiva constrange a atividade e o investimento, de forma que o desequilíbrio fiscal é permanente”, analisa o economista Antonio Correa de Lacerda, professor da PUC-SP. Cabe acrescentar que essa é a principal explicação para o salto do déficit primário de 0,6% do PIB em 2014 para algo em torno de 3% hoje, por mais que o governo insista em atribuir a responsabilidade às administrações petistas.

Uma das peculiaridades do processo em marcha é a inexistência de aprendizado com o passado. “Privatizar em si não é necessariamente ruim, desde que preservado e reforçado o papel regulador, fiscalizador e controlador do Estado. Não é o que o ocorre no Brasil. Isso exigiria planejamento e não decisões açodadas, motivadas pela necessidade de

Vender patrimônio para gerar receita equivale a enxugar gelo, não tem fim

Economia

geração de receita para cobrir parte do rombo fiscal”, sublinha Lacerda. Todos os países que privatizaram apressadamente para gerar caixa, explica, saíram-se muito mal. Há precedente inclusive no Brasil, no próprio sistema elétrico, com a privatização da Light no Rio de Janeiro. O comprador deixou de realizar investimentos importantes e isso colaborou para o apagão em 2001.

O que o governo Temer está fazendo no setor elétrico não tem paralelo no mundo, acusa o empresário e advogado de empresas transnacionais André Araújo. Os grandes países que possuem empresas nacionais de energia elétrica, como a EDF da França, Enel da Itália, EoN da Alemanha e Iberdrola da Espanha, consideram suas companhias instrumentos estratégicos fundamentais para a economia. Todas elas são de capital aberto, mas sob controle nacional para assegurar a organização e a operação do centro do sistema. A proteção da indústria nacional de equipamentos elétricos, especialmente hidrogenadores e transformadores, é uma das razões para manter aquela estrutura. “Se a Eletrobras passar para o controle da China, o que é mais provável, haverá grande pressão para o equipamento ser fornecido por esse país. Essa é uma das razões do investimento chinês em infraestrutura, é para vender equipamentos da sua fabricação”, alerta o empresário.

O governo Temer candidata-se a repetir o fracasso das privatizações de FHC. As receitas das vendas de estatais no auge do processo, entre 1997 e 1998, corresponderam em média a 3% do PIB e contrastam com os resultados da dívida pública e do desequilíbrio fiscal, que prosseguiram como se uma privatização daquelas proporções não existisse.

Aonde levará a soma dos fracassos das privatizações de FHC, evidenciado nesses dados, e de Temer, mais do que provável de acontecer? Que ponto atingirá o

SINTOMAS DE OVERDOSE



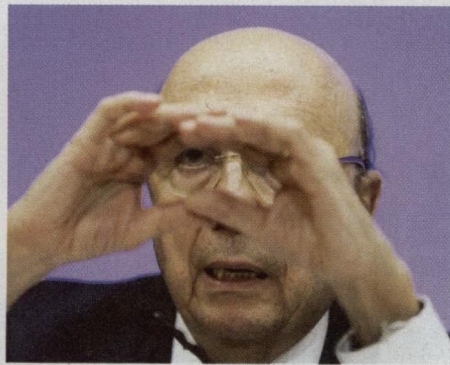
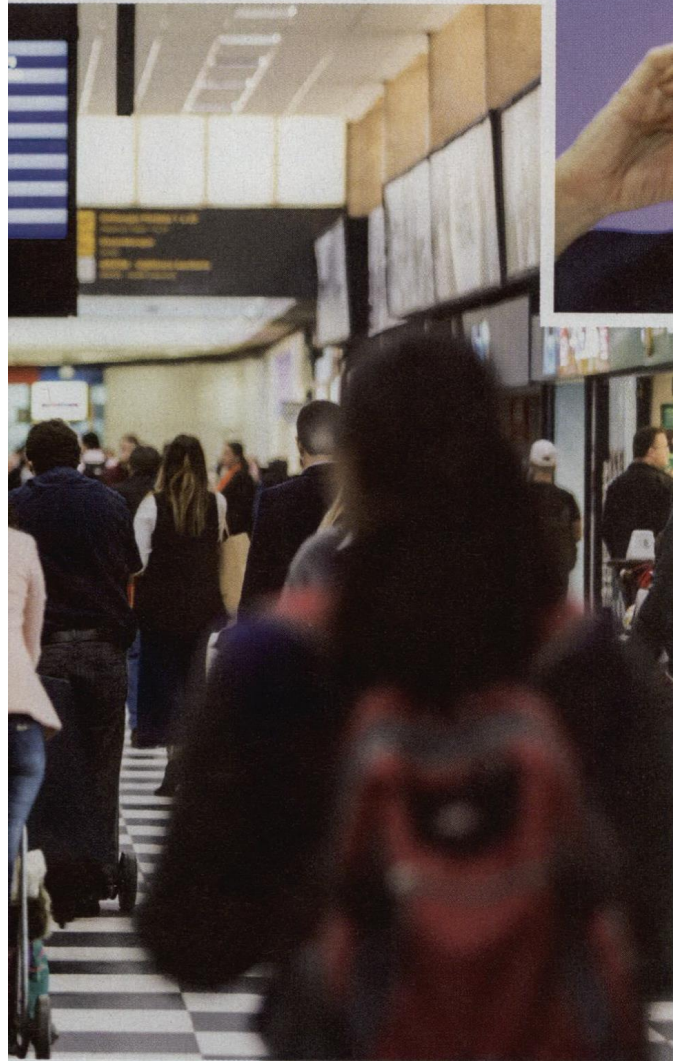
Nem tudo vai bem para o governo na escalada de privatizações. Objeções e descontentamentos acumulam-se no setor público e entre o empresariado privado. O presidente da agência reguladora Infraero, Antônio Claret, externou ao ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, preocupação com os gastos extras superiores a 3 bilhões de reais para o governo federal em consequência da concessão à iniciativa privada de

aeroportos lucrativos.

A decisão, questiona Claret, manterá a Infraero no prejuízo por mais de 15 anos. Entre os aeroportos rentáveis à venda estão os de Curitiba, Recife, Santos-Dumont, no Rio de Janeiro, e Congonhas, em São Paulo. A privatização derrubará o sistema de subsídios cruzados, em que os lucrativos dão suporte aos deficitários. Dos 54 aeroportos da Infraero, só 17 são superavitários. O ministro admite apenas reformulações

pontuais no plano.

A substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES, a mais acessível para as empresas, por uma Taxa de Longo Prazo próxima à Selic, também não andou como o governo esperava. O senador José Serra defendeu a aprovação da respectiva Medida Provisória na forma de um projeto de lei de conversão que prevê a incidência da TLP só nas operações de crédito do BNDES com recursos do FAT. Nas outras linhas de



Incrível: José Serra diz que "Meirelles é o responsável pela lambança nas contas do Tesouro e do BNDES"

financiamento, seriam mantidas as condições atuais, com a cobrança da TJLP, que possibilita juros mais baixos do que os praticados no mercado.

O deputado Betinho Gomes, relator da matéria, apresentou parecer favorável. Serra argumentou que a adoção da nova taxa em todos os financiamentos do BNDES trará ainda mais impactos negativos à economia e disse que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, é o "responsável pela

lambança nas contas do Tesouro e do BNDES". Para a taxa entrar em vigor, a MP precisa ser apreciada na comissão e nos plenários da Câmara e do Senado até 6 de setembro, para não perder a validade. A TLP foi criticada pelo presidente do BNDES, Paulo Rabello Castro, que depois recuou, e por setores da indústria.

Outra decisão polêmica foi a recente pulverização do controle da Vale. Presionada pelo governo, a direção da empresa

articulou a venda do bloco de comando acionário direto exercido pelos fundos de pensão Petros, da Petrobras, Previ, do Banco do Brasil e Funcef, da Caixa Econômica Federal, que tinham 53,8% das ações preferenciais. Alijado o controle nacional, a participação de investidores estrangeiros, de 47%, tende a aumentar, com risco de apropriação de reservas minerais estratégicas por investidores não residentes no País.

Medida semelhante tomada pela Embraer no ano passado eliminou o sistema de controle da companhia por meio de um acordo entre os principais acionistas. O grupo formado pelos fundos de pensão Previ e Sistel, da área de telefonia, e pela Cia. Bozano tem 60% das ações da empresa, o que permitia eleger a maioria dos membros do conselho de administração.

descontrole de um governo que se mostra mais pró-mercado que o próprio mercado, conforme alertado pela Moody's? Segundo anunciou no seu perfil na rede LinkedIn o banqueiro Luiz Cesar Fernandes, sócio da GRT Partners e criador dos bancos Garantia e Pactual, "o crescimento da dívida pública interna atingirá 100% do PIB do Brasil já na posse do próximo governo. A situação será insustentável, gerando uma completa ingovernabilidade. Para evitarem uma corrida bancária, as grandes instituições bancárias terão, obrigatoriamente, de impedir seus clientes de efetuar os saques de suas poupanças à vista ou a prazo. Caso contrário, teremos uma situação ainda mais grave do que a vivida pela Venezuela". Fernandes propõe: "Reformas já, ou só restará o calote".

Os bancos, diz, hoje cartelizados em cinco grandes organizações, têm diminuído assustadoramente os empréstimos ao setor privado e vêm aumentando, em proporção inversa, a aplicação em títulos da dívida pública. A situação brasileira, na interpretação do financista, é mais grave do que a da Grécia, considerada o fundo do poço da crise dos países: "A dívida grega era, sobretudo, externa e em grande parte pulverizada, inclusive em bancos centrais, fundos mútuos e de pensão. O caso do Brasil é essencialmente diverso. Um default da nossa dívida interna implicará a falência do sistema, atingindo de grandes bancos a pessoas físicas. Para evitar uma corrida, as grandes instituições bancárias terão, obrigatoriamente, de impedir seus clientes de efetuar os saques de suas poupanças à vista ou a prazo".

Na quinta-feira 24, comentava-se no mercado que o governo, preocupado com a resistência da bancada nordestina no Congresso, planeja excluir da privatização a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras. •